



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC**

**PARECER Nº 12/2025 - PROJUR**

*Parecer referente ao recurso administrativo interposto pela empresa GLR INSTALADORA LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA, no Processo de Licitação nº 09/2025-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2025-PMS. Sistema de Registro de Preços. Contratação nº 900092025.*

**1. SÍNTESE DOS FATOS**

O Consultante do Setor de Licitações, através do despacho nº. 15 do Processo Administrativo nº 488/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa GLR INSTALADORA LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA, no Processo de Licitação nº 09/2025-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2025-PMS. Contratação nº 900092025.

Constitui objeto da presente licitação a “contratação de serviços **por hora trabalhada com caminhão caçamba**, em atendimento às necessidades do Município de Schroeder, para execução de serviços de transporte de saibro, pedras, seixo e outros materiais, adequação de estradas de terra, movimentação de material, cascalhamento de ruas, limpeza de ruas”.

A empresa GLR INSTALADORA LTDA, apresentou recurso alegando que:

“O item 8.3.2 fala que os balanços devem ser apresentados na forma da lei e devidamente registrados, seja na Junta Comercial ou através do SPED. No entanto, ao analisar os balanços apresentados pela empresa habilitada verifica-se o não atendimento à requisito fundamental do edital de licitação, uma vez que os balanços não estão registrados, conforme será explicado a seguir. No balanço referente à 2023 verifica-se que somente o Termo de Abertura está registrado, não constando nas folhas do balanço e no Termo de Encerramento a autenticação de registro na JUCESC”.

Alega ainda, que a proposta comercial reajustada da recorrida foi apresentada sem assinatura do responsável e que o pregoeiro não deveria ter aceito uma vez que não vincula qualquer obrigação entre a licitante e a Administração.

A recorrente requer: “O recebimento e provimento do presente recurso administrativo, para declarar a desclassificação da proposta de preços da empresa KS SERVICOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA por inobservância ao princípio de vinculação ao edital, apresenta sua proposta em desconformidade ao instrumento convocatório”.



## Estado de Santa Catarina **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Em suas contrarrazões a recorrida pugna pela manutenção da decisão do Agente de Contratações a qual a declarou vencedora do certame.

É o breve relatório.

### **2. DO PARECER**

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **2.1 Da apresentação do balanço patrimonial**

A recorrente alega que: “ao analisar os balanços apresentados pela empresa habilitada verifica-se o não atendimento à requisito fundamental do edital de licitação, uma vez que os balanços não estão registrados, conforme será explicado a seguir. No balanço referente à 2023 verifica-se que somente o Termo de Abertura está registrado, não constando nas folhas do balanço e no Termo de Encerramento a autenticação de registro na JUCESC”.

Considerando que a alegação da recorrente se refere a documentação apresentada para qualificação econômica financeira o presente recurso e contrarrazões foram encaminhados para a Controladora de Transparência e Integridade Pública, que possui formação em ciências contábeis, para análise do recurso e da documentação apresentada pela recorrida, a fim de, verificar se a documentação apresentada atende ao disposto no edital de licitações, sobrevindo, através do despacho nº 17 do processo administrativo nº 488/2024, a seguinte resposta:

Em relação ao item 8.3.2 - o livro diário referente o período de 01/01/2023 a 31/12/2023 **foi apresentado com o Termo de Abertura, Balanço Patrimonial e Termo de Encerramento devidamente autenticado pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e assinado digitalmente.** Quanto a veracidade do registro do livro, pode ser consultado através do site da Junta Comercial através do link <https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/AUTENTICACAO.aspx>, informando o número do protocolo 241789194 e chancela 3171295171211, informações contantes no arquivo apresentado pela licitante. **No qual consta o livro em sua totalidade de 79 folhas, com o Termo de Abertura e Encerramento, Demonstração Contábeis, assinado digitalmente e devidamente registrado na JUCESC.**

O livro diário referente aos períodos de 01/01/2024 a 31/08/2024 e 01/09/2024 a 31/12/2024 foi apresentado nos mesmo moldes e sua veracidade pode ser consultada no link mencionado acima através da numeração de protocolo e chancela constante no Registro da Junta Comercial do Estado.



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Com relação ao item 8.3.4 - Quanto ao índice de endividamento, o Patrimônio Líquido da empresa representa mais de 10% do valor da contratação. (grifo nosso).

Considerando o parecer supramencionado onde foi informado que a documentação apresentada pela recorrida foi assinada digitalmente e devidamente registrada na JUSESC, entende-se que nesse ponto o recurso administrativo não merece prosperar.

## **2.2. Da proposta comercial reajustada apresentada sem assinatura pela recorrida**

A recorrente alega ainda que “a proposta comercial reajustada da recorrida foi apresentada sem assinatura do responsável e que o pregoeiro não deveria ter aceito uma vez que não vincula qualquer obrigação entre a licitante e a Administração”.

Contudo, cabe ressaltar que conforme informado pelo pregoeiro no despacho nº 15 do processo administrativo nº 488/2024, a proposta assinada foi prontamente enviada assim que foi identificado que a enviada anteriormente estava sem assinatura, vejamos: “Importante destacar que a proposta assinada foi enviada imediatamente após percebido o erro”.

Em suas contrarrazões a recorrida relata que: “Importante destacar que a Proposta Reajustada foi reapresentada juntamente com a Habilitação às 14:48:32, com a devida assinatura, conforme comprovado pelo registro da assinatura no sistema, em 31/01/2025, às 14:25:31 – 0300, o que confirma a tempestividade e regularidade da documentação apresentada”.

Nesse sentido, temos o entendimento do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

### **Acórdão 1211/2021 - Plenário**

Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Sumário: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, **a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas**, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (grifo nosso).

Ainda

Acórdão nº 988/2022- Plenário

[...]

6. A princípio, esclareço que **o pregoeiro inabilitou a ora representante em razão da ausência de dois documentos requeridos no instrumento convocatório: o atestado de visita técnica ou a declaração formal do conhecimento das condições locais de trabalho (item 10.10.4 "c"); e a declaração da concordância com as disposições do instrumento convocatório e de seus anexos, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta (item 10.10.4 "d").**

7. A decisão do antigo relator, ratificada pelo Plenário do TCU, de conceder a cautelar baseou se sobretudo nas seguintes conclusões: **essa falha era facilmente sanável; em casos como esse, devem prevalecer os princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, em detrimento do rigor em obedecer à literalidade do edital;** para situações semelhantes, este Tribunal tem adotado esse posicionamento de aplicar os citados preceitos. (grifo nosso).

[...]

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina já se posicionou que a Administração Pública não pode se ater a rigorismo exagerados que em nada contribuem para a escolha da proposta mais vantajosa, vejamos:

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PROPONENTE. CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA EXIGIDA NO EDITAL DE FORMA GENÉRICA. APRESENTAÇÃO PELA LICITANTE DA "CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES TRABALHISTAS" AO INVÉS DE "CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS" QUE SUPRE A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. REGULARIDADE DEMONSTRADA. FORMALISMO EXACERBADO QUE NÃO PODE ACARRETAR NA INABILITAÇÃO DA CONCORRENTE. OBSERVÂNCIA DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. REMESSA DESPROVIDA. **No processo licitatório, é dever da administração pública primar pela supremacia do interesse público e pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e não se ater a rigorismos exagerados, que em nada contribuem para o desfecho da escolha da proposta mais vantajosa e menos onerosa aos cofres públicos.** V (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 0313828-48.2018.8.24.0023, da Capital, rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 20-08-2019). (grifo nosso).

**MANDADO DE SEGURANÇA – REMESSA NECESSÁRIA – LICITAÇÃO – INABILITAÇÃO POR AUSÊNCIA DE ASSINATURA DE CONTADOR – RIGOR DESARRAZOADO –POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO – FORMALISMO MODERADO – SENTENÇA MANTIDA.**

1. A licitação não pode prescindir de boa dose de formalismo (uma garantia



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

para o particular e um prestígio à transparência). Mas tudo tem em mira o interesse público primário, de sorte que devem ser mitigados os rigores burocráticos.

**Licitação não é gincana, prova destinada a escolher aqueles capazes de passar por provas formais.**

**A forma é vista em atenção às finalidades do certame, evitando-se invalidações em razão de meras irregularidades, vícios de menor gravidade e sanáveis.**

2. Houve um rigor desarrazoado. **A impetrante apresentou, em recurso administrativo logo após ser intimada da decisão de inabilitação, os documentos com a assinatura de contador.**

**Se, por exemplo, as informações no mandado de segurança tivessem vindo sem assinatura, teria sido concedido prazo para regularização. No processo administrativo prepondera um formalismo moderado. Então, se no processo judicial, mais cerimonioso, é admitida a sanção desses pecados veniais, não haveria por que na instância administrativa haver mais avareza.**

3. Remessa necessária desprovida.

(TJSC, Remessa Necessária Cível n. 5001764-68.2021.8.24.0126, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. 22-02-2022). (Grifo Nosso).

Ainda,

**ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENDIDA INABILITAÇÃO DE CONCORRENTES. ALEGADA AUSÊNCIA DE PLANILHA BDI E CARÊNCIA DE ASSINATURA EM DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS. INSUBSISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE ARBITRARIEDADE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. ORDEM DENEGADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

1. O BDI (benefícios e despesas indiretas) é fórmula utilizada na construção civil para calcular despesas indiretas de uma obra. Sua exigência, em certames, possibilita aferir adequadamente a exequibilidade das propostas. Tendo a candidata concorrente anexado devidamente a documentação solicitada, não prospera a impetração tendente a alijá-la da concorrência. **Tampouco a apresentação de planilha orçamentária sem assinatura pelo responsável técnico consegue macular a aferição da economicidade da proposta, visto tratar-se de mera irregularidade sanável.**

2. Recurso conhecido e desprovido. Honorários recursais incabíveis.

(TJSC, Apelação n. 5000572-39.2023.8.24.0059, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Diogo Pítsica, Quarta Câmara de Direito Público, j. **23-05-2024**). (Grifo Nosso).

Sendo assim, considerando que a recorrida reapresentou junto com os documentos de habilitação a proposta readequada devidamente assinada não há motivos para desclassificação da proposta.

Desta forma, em obediência ao princípio da legalidade, da economicidade, da proporcionalidade, do interesse público, bem como os demais princípios correlatos, sugere-se pela manutenção da decisão do pregoeiro em classificar a proposta comercial apresentada pela empresa **KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA**, no presente processo licitatório.

Isto posto, sugere-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa **GLR INSTALADORA LTDA** e no mérito pelo seu indeferimento.



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **GLR INSTALADORA LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2025.

**DIEGO AUGUSTO BAYER**

Procurador Municipal  
OAB/SC n.º 28.822

**SUZANA PEREIRA LOPES**

Assessora Jurídica  
OAB/SC n.º 60.105